

Procedimento concursal comum para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho do Município de Macedo de Cavaleiros, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP)

**CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ATIVIDADE
DE AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA 2 (DOIS) LUGARES**

ATA N.º 2

(ADMISSÃO DE CANDIDATURAS)

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, nos Paços do Concelho, o Júri, composto por Cristina Paula Couraceiro Brinço, Chefe da Divisão do Conhecimento e Desenvolvimento Social, na qualidade de presidente e pelos vogais efetivos João dos Santos Rodrigues Martins, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa, e Maria Emília da Costa Palhau, Técnica Superior, reuniu para deliberar quanto à admissão das candidaturas que, em tempo útil, foram formalizadas. -----

Formalizaram candidatura os seguintes concorrentes: -----

- Ana Maria Martins Pires -----
- Isabel Maria Araújo Pinto de Moraes Cabeça -----
- Jorge Diamantino Aires Pereira -----
- Maria Isilda Pereira Bento -----

Em nota prévia o Júri destaca o seguinte: o artigo 1.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, estatui que a regularização prevista por este diploma visa contemplar quem se encontre numa situação precária e que exerça ou tenha exercido funções, no caso vertente, no Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, nas formas previstas no artigo 3.º, n.º 1, alíneas a) a c) do citado diploma legal. Por sua vez o artigo 5.º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, estatui que podem ser opositores ao procedimento concursal as pessoas que



exerceram as funções correspondentes ao posto de trabalho que foi reconhecido como havendo vínculo precário, neste caso, auxiliares de ação educativa. -----

Analisadas as candidaturas individuais de cada candidato e tendo presentes as regras vertidas no Aviso do concurso e legislação aplicável, resulta a seguinte apreciação: -----

1 – Porque instruída com todos os documentos exigíveis no Aviso, em concreto nos pontos 10.3 e 10.4 e preencher os requisitos gerais e especiais, o Júri, por unanimidade, delibera admitir as candidatas de Isabel Maria Araújo Pinto de Moraes Cabeça e Maria Isilda Pereira Bento. -----

2 – Pelos fundamentos a seguir expressos, o Júri, por unanimidade, delibera excluir: Ana Maria Martins Pires e Jorge Diamantino Aires Pereira, por não terem demonstrado, nos respetivos processos de candidatura, que exerceram as funções de auxiliar de ação educativa, tal como se exige no ponto 9.1 do Aviso, por não ter exercido funções no período definido no artigo 3.º, da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, não reunindo, por isso, condições de ser opositor ao presente procedimento concursal.

O Júri, por unanimidade, delibera promover a audiência dos interessados, concedendo-lhe 10 dias úteis para, querendo, se pronunciarem, atento o disposto no artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.--

Os candidatos são notificados por uma das formas do artigo 10.º da Portaria citada e indicada na no formulário de candidatura. -----

Nada mais havendo a tratar, o presidente do Júri deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, a qual vai ser assinada pelos que nela intervieram. -----

O Júri

Presidente,

Vogal,

Vogal,



Cristina Paula Couraceiro Brinço



João dos Santos Rodrigues

Martins



Maria Emília Pereira da Costa

Palhau